

Emigrantes portugueses: o regresso

APRESENTAÇÃO (*)

1. O CONCEITO DE «REGRESSO»

Quando, nos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, a imigração para os países da Europa industrial adquiriu um ritmo intenso, os governos e a maioria dos especialistas julgaram tratar-se de uma fase conjuntural e transitória ligada à expansão que a reconstrução das economias devastadas pela guerra prolongava.

As políticas então seguidas não eram idênticas, havendo países que atribuíam à emigração uma finalidade demográfica, facilitando, portanto, a assimilação de certos imigrantes, enquanto outros os consideravam Gastarbeiter, ou seja, hóspedes temporários. Essas políticas tinham, todavia, um ponto em comum: consideravam a estada dos trabalhadores migrantes como algo que seria breve, sucedendo-se-lhe a reinserção definitiva no país de origem, sendo, por isso, necessário organizar a rotação dessa mão-de-obra em direcção aos países que se recusavam a ser «países de imigrantes», em vez de facilitar a assimilação das etnias mais assimiláveis.

Os países de partida não faziam uma análise diferente: a emigração devia permitir atenuar o desemprego e o subemprego, facilitar a modernização da economia e assegurar a formação profissional dos trabalhadores que viriam ocupar os empregos especializados criados no seu país natal. Assim, a Junta da Emigração escrevia no seu boletim de 1961:

Até agora, a emigração tem-se apresentado ao País como uma necessidade, uma solução parcial e transitória para o problema demográfico e económico. Mas assiste-se actualmente a uma profunda alteração da mentalidade do emigrante: a esperança de fazer fortuna na América após uma longa vida de sacrifícios é substituída pelo desejo de melhorar o seu nível de vida e de beneficiar, portanto, do crescimento económico que os países da CEE detêm actualmente.

Esta situação coincide com os interesses de Portugal, pois ela torna possível e fácil a recuperação de um número considerável de trabalhadores à medida que cresce o nível de vida e o volume de emprego no País.

Entretanto verificou-se que os trabalhadores emigrantes prolongavam a sua estada nos países de acolhimento cujo sistema económico se organizara para funcionar com a sua força de trabalho. De fenómeno conjun-

* Esta «Apresentação» refere-se ao presente texto e a um outro trabalho do autor, «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», que será publicado no n.º 79 de *Análise Social* (último número de 1983).

tural, a emigração passara a estrutural, tanto mais que a crescente presença de colónias estrangeiras tinha suscitado, por sua vez, uma procura adicional de bens e serviços que justificava o recurso a uma nova imigração. Paralelamente, os países de partida renunciaram, na verdade, a fazer depender o seu desenvolvimento económico de um regresso hipotético de operários qualificados. Limitaram-se, muito rapidamente, a contabilizar os ganhos monetários proporcionados pelas remessas dos emigrantes e a contar com estas para cobrir o aumento das importações de bens de equipamento. Considerando-se países exportadores de mão-de-obra, esforçaram-se por melhorar a seu favor os «termos de troca», controlando mais rigorosamente as partidas, alargando o número de países de acolhimento, redefinindo as suas relações com estes e esforçando-se por enquadrar melhor as suas colónias no estrangeiro.

Em consequência, e até 1974, a suposta ilimitada capacidade dos países de acolhimento para absorver a mão-de-obra e garantir o emprego dos trabalhadores estrangeiros já instalados traduziu-se num número insignificante de regressos, pelo menos no sentido que os especialistas habitualmente atribuem ao conceito — o do regresso de um trabalhador que chega ao país com um projecto maduramente reflectido e o desejo de tirar partido de uma qualificação adquirida no estrangeiro.

Esta maneira de pôr o problema traduzia simultaneamente a visão optimista que os especialistas liberais tinham dado da emigração — o desenvolvimento concomitante das economias de partida e de acolhimento deve facilitar a reinserção dos antigos emigrados — e a utilização de um vocabulário que fazia referência à história das vagas migratórias precedentes. Nessa altura, a distância e o custo da passagem colocavam o regresso em termos de alternativa, enquanto as práticas administrativas, especialmente em França, opunham a via da assimilação e da naturalização à da reinserção na comunidade de origem.

Pelo contrário, seria vão acreditar que a questão do regresso se punha aos imigrantes portugueses em termos de escolha definitiva e absoluta: regressar em «condições económicas interessantes» era impossível para a maioria e decidir ficar significava a derrocada dos projectos iniciais (tornar-se alguém numa sociedade pouco industrializada). Embora ao nível global se verifique, sem dúvida, uma persistência da emigração, no plano individual — e toda a emigração é sempre vivida como tal —, os estrangeiros adiam e retardam o momento da escolha. Longe de ser considerada uma alternativa, a imigração continua a ser um tempo de indecisão e instabilidade. De mais a mais, o desenvolvimento dos transportes de massa facilita os contactos permanentes entre os imigrados e o país natal e, em certa medida, transforma a partida para o estrangeiro numa modalidade particular do êxodo rural.

É por isso que, na década de 60, todos os estudos sobre a questão evidenciaram um contínuo vaivém e os regressos registados (ou, antes, deduzidos das estatísticas de mão-de-obra) traduzem realidades administrativas, mas não captam a realidade do processo migratório:

Assim, o regresso assinalado nas estatísticas pode ter-se ficado a dever ao insucesso de um primeiro ensaio, seguido talvez de uma nova tentativa. Tendo em conta o carácter desorganizado da emigração portuguesa, esse regresso corresponde, pois, a uma selecção indirecta;

O regresso pode ter-se ficado a dever também a uma estada temporária do trabalhador, regressado por razões pessoais (doença do cônjuge, herança a resolver, desejo de acabar a casa, obrigação de prestar o serviço militar), mas decidido a voltar a partir logo que possível. Administrativamente, se a estada no País excedia os seis meses, esse trabalhador era simultaneamente considerado como reinstalado no País e contabilizado como primo-imigrante no seu regresso a França;

Finalmente, a desfavorável conjuntura económica alemã de 1967 e as incertezas provocadas pelos acontecimentos de Maio de 1968 levaram muitos portugueses a voltar temporariamente ao País, à espera de que a situação se normalizasse.

Assim, todas as monografias e estudos minuciosos mostram tempos de ida e de regresso, tentativas de conciliação das vantagens do reagrupamento familiar e da manutenção dos laços com o país natal (a esposa vem só, a meio tempo, uma parte dos filhos ficam no país natal a cargo dos avós, os filhos regressam a Portugal para ingressar no ensino secundário). Todas as combinações são possíveis na medida em que a abertura das fronteiras e a quase certeza de arranjar ou reencontrar trabalho permitem adaptar a situação de imigrado aos projectos do emigrante.

A grande viragem da problemática situa-se entre finais de 1973 e meados de 1974, quando os países de acolhimento decidiram suspender a entrada de novos trabalhadores estrangeiros, devido às crescentes dificuldades que se colocavam a uma gestão política da imigração.

Doravante, a noção de regresso retoma todo o seu significado, pois os trabalhadores são confrontados com uma escolha rígida: ficar ou voltar ao país natal. A paragem da imigração impede a prática do vaivém, pois qualquer estada no país de origem que ultrapasse a duração da validade da carta de permanência, ou, pelo menos, os 6 meses fatídicos, pode interditar o regresso a França, que não aceita mais primo-imigrantes.

Se, teoricamente, a esposa pode ainda dividir o seu tempo entre a França e Portugal, deixou de ser possível, como o era antes, deixar os filhos fazer os estudos secundários em Portugal e matriculá-los depois nas universidades francesas (a não ser que sigam a prova comum a todos os estudantes estrangeiros).

A paragem da imigração acentua também a fractura existente entre o local de origem e o emigrado, na medida em que este já não pode ser o iniciador de novas vocações para a partida e as formas de consumo que ele traduziu já não poderão ser praticadas por outros: de modelo de referência, ele passa a ser um privilegiado que se inveja. Paralelamente, a ruptura é igualmente reforçada pelas políticas de inserção que os países de acolhimento multiplicam para normalizar e gerir os stocks de população imigrada depois de ter bloqueado os fluxos.

Não é a vivência do migrante que o leva a colocar o problema do regresso em termos irremediáveis, mas sim uma decisão política sobre a qual não tem voz.

Posteriormente, esta questão agudiza-se quando a regressão da conjuntura e o aumento do desemprego levam os países de acolhimento a convidar certos trabalhadores a regressar ao seu país. A possibilidade de fazer a escolha a que sempre se esquivaram pode ser substituída pelo regresso forçado em circunstâncias que não tinham previsto.

2. A ESCOLHA DA METODOLOGIA

O estudo do regresso e da reinserção dos trabalhadores portugueses na sua comunidade de origem deve, pois, combinar a análise macroeconómica que deve determinar a intensidade dos fluxos migratórios ou as possibilidades de regresso de acordo com os ritmos de desenvolvimento dos países de partida e de chegada com inquéritos pormenorizados junto das famílias, para poder restituir a parte do «vivido» na história da emigração e apreciar, em termos qualitativas, a forma como se toma a decisão de regressar.

Este estudo incide directamente sobre Portugal, na medida em que, não tendo a França tomado nenhuma medida coerciva no sentido de mandar embora os estrangeiros (se bem que a concessão de um pequeno pecúlio e o aumento do desemprego possam incitar ao regresso), é a evolução da situação económica e política em Lisboa que determina, em última instância, a possibilidade de um número significativo de reinserções.

Por outro lado, o fosso que existe entre os «sonhos» de regresso e a sua concretização apresenta-se demasiado grande e o problema posto é por de mais angustiante na actual conjuntura para que simples entrevistas junto de portugueses residentes em França possam dar resultados válidos.

Resolvemos, por esse facto, e para apreender o contexto global, dirigir a investigação para o número de regressos realmente ocorridos em cinco zonas geográficas, representativas do desigual desenvolvimento do País, investigação que foi, aliás, precedida da análise de 50 % dos processos relativos a portugueses que receberam «ajudas de custo» para o regresso:

Sabugal, numa zona rural em declínio;

Bragança, pequena capital regional de uma zona de emigração;

Caldas das Taipas, numa zona agrícola activa e semi-industrial;

Serpa, zona rural de transformação;

Lisboa, para medir as possibilidades de emprego que a capital oferece aos emigrantes.

Longas entrevistas com famílias regressadas permitiram apreender a sua situação antes da partida para o estrangeiro e a sua história migratória, apreciar as razões do regresso e, de algum modo, traçar o «retrato-tipo» do emigrante regressado ou susceptível de o ser.

Paralelamente, o estudo do meio local mostra-nos o pano de fundo económico e social no qual se opera a reinserção, mede os efeitos da emigração nas zonas de partida e avalia se o desenvolvimento destas é de molde a permitir o regresso de uma forte percentagem de migrantes.

INTRODUÇÃO

Mesmo que a situação portuguesa torne pouco provável ou desejável um regresso maciço de trabalhadores, a emigração é um conjunto de escolhas individuais e, apesar da crise e ignorando as políticas oficiais, um certo número de famílias escolhem refazer a sua vida no país natal.

A falta de documentos torna impossível medir esses regressos, tanto nos países de imigração como nos de emigração. Os Portugueses nunca

fizeram um inquérito sistemático sobre este assunto. As autoridades alemãs possuem números muito exactos sobre o quantitativo de estrangeiros *inseridos* na produção, mas a sua avaliação apresenta-se bem menos exacta para o número daqueles que ficam além-Reno após o fim ou anulação do seu contrato de trabalho. Do lado francês, a avaliação do saldo dos *stocks* e dos fluxos apoia-se em dados de confiança muito duvidosa e demasiado heterogéneos para merecerem credibilidade, devido em particular à subavaliação dos estrangeiros no recenseamento e, pelo contrário, à sobreavaliação destes nas estatísticas anuais do Ministério do Interior. Além disso, antes da paragem da emigração, este tipo de cálculo preocupava-se mais com a rotação da mão-de-obra do que com a realidade do regresso, enquanto agora, tanto se pode afirmar que o aumento do desemprego precipita os regressos como, pelo contrário, com a crise, os trabalhadores imigrados se agarram ao seu emprego e ao seu estatuto de estrangeiros.

É por isso que o estudo dos processos de portugueses que optaram por receber «ajudas de custo» para o regresso se nos afigura a única via de apreender, não o número de quantos foram os portugueses regressados no ano anterior, mas sim a fracção da colónia que, instalada em França, escolheu prioritariamente reinstalar-se no país natal.

De facto, se, por um lado, nem todos os portugueses se «serviram» das «ajudas de custo» para o regresso (é preciso um mínimo de 5 anos de presença ininterrupta em França para se ter esse direito, e os inquéritos levados a cabo em Portugal mostraram que um número significativo de trabalhadores preferia passar sem o «milhão» para salvaguardar a possibilidade de regressar no caso de falhar a sua reinserção), foi, no entanto, entre eles que a circular Stoléru surtiu mais efeito. Em fins de Setembro de 1978, os requerimentos emanados de portugueses representavam cerca de 40 % do conjunto dos 21 780 processos existentes, enquanto os dos espanhóis, em segundo lugar nas listas de candidaturas para o regresso, representavam apenas 20 % e os dos argelinos menos de 6 %, se bem que o número de argelinos em França fosse idêntico ao dos portugueses. Por outro lado, havendo só 17 % de desempregados entre os portugueses regressados com ajudas de custo do Estado (contra 33 % para o conjunto dos estrangeiros), a citação dos processos não é alterada por uma percentagem exagerada de trabalhadores à procura de emprego e pode reflectir as características gerais, nos planos demográfico, económico e profissional, do conjunto dos portugueses regressados ao seu país.

Isso leva-nos a concluir que seriam muitos os que receberam a subvenção por ocasião de um regresso já projectado.

I. MÉTODO DE EXAME E EXPLORAÇÃO DOS PROCESSOS

Os 3792 processos sobre os quais incidiu o estudo correspondem ao conjunto dos processos arquivados na ONI (em fins de Julho de 1978, data do início do exame), depois de terem sido seguidos todos os trâmites previstos para a concessão das ajudas de custo para o regresso. Referem-se, portanto, a *famílias portuguesas que regressaram definitivamente ao seu país* depois de terem recebido o seu pecúlio.

Fez-se uma amostragem a 50 %, tirando um processo em cada dois, a fim de recolher o maior número possível de informações dos documentos concebidos pela ONI, tendo em vista uma possível exploração científica.

O arquivo por departamentos permite conservar essa relação ao nível de cada uma das regiões francesas e esbater quer as distorções introduzidas por pequenos números nos departamentos cujas colónias portuguesas têm efectivos reduzidos, quer as diferenças numéricas introduzidas por uma desigual aplicação da circular de 30 de Maio de 1977 (notam-se, com efeito, diferenças singulares de departamento para departamento quanto às datas de entrada das primeiras candidaturas).

II. A ÚLTIMA RESIDÊNCIA EM FRANÇA DOS PORTUGUESES REGRESSADOS AO SEU PAÍS

O método de exame revela portanto o quadro da última residência em França do *conjunto* de portugueses que optaram pelas ajudas de custo para o regresso, com a reserva de que o raciocínio se faz sobre o número efectivo de pessoas. No entanto, numa primeira abordagem, pode-se considerar que existe uma adequação entre estes dois elementos, na medida em que o facto de optar pelas ajudas de custo para o regresso traduz sempre uma decisão familiar, seja qual for a dimensão do agregado familiar.

Este estudo da localização deve ser aferido pela importância das colónias instaladas em cada região, a fim de determinar, por um lado, se o volume das partidas lhe é proporcional e, por outro, se a antiguidade da presença portuguesa facilita ou, pelo contrário, evita as partidas. Finalmente, a correlação entre as taxas de desemprego deve precisar a pressão da conjuntura económica francesa na decisão de regressar.

Os dados de referência da população portuguesa em França são os que o Ministério do Interior publica em 31 de Dezembro de cada ano, a fim de se poderem utilizar as mesmas séries estatísticas relativas a um período longo. As taxas de desemprego foram calculadas no fim do ano de 1977, para se tomar consciência da situação económica dos Portugueses no momento em que alguns optavam pelas ajudas de custo para o regresso. Não se teve em consideração, portanto, a degradação da situação registada no ano anterior nem os seus possíveis efeitos na actividade dos Portugueses em certas regiões (Lorena ou Nord-Pas de Calais, por exemplo).

Ressalvados estes aspectos, parece (cf. quadro n.º 1) que a percentagem de partidas «subsidiadas» por região corresponde bastante mal às taxas das colónias instaladas e ao nível de actividades destas: uma diferença nítida opõe a «França do Norte» à «França do Sul», isto é, esquematicamente, as regiões a norte e a sul do Loire (incluindo a Bretanha). É na parte setentrional que a propensão para a partida se revela mais elevada, apesar de a Normandia (cujos números são ínfimos) e a Picardia constituírem excepção à regra. No Sul, pelo contrário, a taxa de regresso é sempre inferior à taxa da população portuguesa instalada (excepto, curiosamente, na Aquitânia e no Limousin, que correspondem ao eixo que, nos tempos da vaga migratória, conduziu os Portugueses dos Pirenéus à região parisiense).

**Última residência dos portugueses, evolução e desemprego das colónias
portuguesas instaladas em França, por região (em percentagem)**

[QUADRO N.º 1]

Regiões	Última residência (1)	Impor- tância das colónias em 31 de Dezembro de 1974 (2)	½	Impor- tância das colónias em 31 de Dezembro de 1965	Desem- prego por- tuguês em Dezembro de 1977	Cresci- mento do desem- prego por- tuguês em 24 meses
Alsácia	3,01	1,98	+ 52,02	0,81	2,1	0,5
Lorena	3,72	3,18	+ 17,72	3,2	3	2,7
Franco-Condado	2,16	1,95	+ 10,77	1,6	1,1	0,1
Borgonha	3,8	3,8	—	3,84	3,25	2,7
Champanha-Ardenas	3,16	2,49	+ 26,91	2,05	2,5	2,8
Nord-Pas de Calais	3,61	3,09	+ 17,59	2,66	2,9	3,3
Picardia	2,82	3,07	— 9	2,81	2,7	2,1
Normandia(a)	1,79	2,25	— 19,74	2,31	2,7	3
Centro	6,65	5,97	+ 11,39	6,15	5,2	5,5
Ilha de França	45,09	44,88	+ 0,5	47,67	45,3	48,4
Total da França do Norte	75,81	72,76	+ 4,19	73,1	70,75	71,1
Total da França do Norte menos Ilha de França	30,72	27,81	+ 10,46	25,43	25,45	22,7
Bretanha	0,45	0,51	— 12	0,31	0,6	0,5
Pays-Loire	1,45	1,4	+ 3,5	0,48	2,1	2,8
Poitou-Charente	1,19	1,42	— 17	0,82	1,5	0,8
Limousin	1,71	1,43	+ 19,58	1,61	1	0,3
Auvergne	2,48	4,13	— 40	4,94	3,15	2,4
Rhône-Alpes	7,59	8,95	— 16	7,2	8	9
Provence-Côte d'Azur mais Córsega(b)	1	1,69	— 41	2,37	2,4	2,4
Linguadoque	0,63	0,8	— 21,25	0,95	1,1	1,4
Rossilhão	3,1	3,1	—	3,9	3,7	1,5
Midi-Pyrénées	4,56	3,9	+ 16,9	4,35	5,7	7,81
Aquitânia						
Total da França do Sul	24,16	27,33	— 12,6	26,93	29,25	28,9
Total da França	100	100	—	100	100	100

(a) Devido ao pequeno número de departamentos a que dizem respeito, as duas regiões da Normandia estão agrupadas num único conjunto.

(b) Devido ao pequeno número de departamentos a que dizem respeito, a Córsega foi agrupada juntamente com a Provence-Côte d'Azur.

Esta verificação é também pouco compatível com o dinamismo das regiões referidas, pois é na França «rica» que se verifica um maior número de partidas. Durante o período considerado, os Portugueses são, em média, bem menos numerosos do que os outros estrangeiros inscritos na ANPE (11 % do conjunto dos trabalhadores migrantes) e a avaliação por região incide frequentemente sobre números pouco significativos. No entanto, em quase todas as regiões da «França do Norte», a percentagem de portugueses sem emprego é simultaneamente inferior à percentagem

regional da colónia instalada e, com mais forte razão, à dos regressos «subsidiados». Se, na região parisiense, as três taxas são praticamente comparáveis, na França do Sul, as taxas de desemprego (exceptuando Auvergne e Rhône-Alpes) são sempre superiores às da importância numérica da colónia.

Verifica-se igualmente (cf. quadro n.º 1) que, entre Março de 1976 e Março de 1978, o aumento do desemprego é mais sensível na zona sul da França, tanto para o conjunto dos trabalhadores como para os assalariados portugueses.

Os sectores que conhecem maior estagnação são os que se revelam, portanto, mais repulsivos. Contudo, a história da emigração portuguesa é a que melhor explica estas diferenças, ainda que, num segundo momento, a evolução da conjuntura possa ter levado os portugueses a retomar o caminho do seu país e a antecipar-se ao aumento do desemprego. As zonas onde os regressos dos trabalhadores se apresentam superiores à média são regiões onde a emigração foi simultaneamente um fenómeno recente — sobretudo depois de 1970 — e relativamente maciço. Tal é, por exemplo, o caso da Alsácia, do Franco-Condado, de Champanha-Ardenas ou do Nord-Pas de Calais.

Em contrapartida, no departamento de Puy de Dôme, que em fins de 1977 albergava 26 527 portugueses, mas que em 1965 já era o primeiro departamento da França (exceptuando a região de Paris) pela importância da sua colónia lusitana, só 68 trabalhadores solicitaram a ajuda de regresso.

Por outras palavras, os regressos são mínimos na França do Sul, porque aí as colónias portuguesas seriam mais antigas, à excepção dos eixos de passagem (departamento dos Pirenéus Atlânticos, Gironda, Corrèze), onde o excedente de trabalhadores «bloqueados» pela crise na sua migração em direcção ao Norte da França pôde facilitar os regressos. A dimensão das colónias poderia também ter alguma influência. O quadro n.º 2 confirma, sem dúvida, o papel da antiguidade da imigração na propensão para a partida, pois, nos 30 departamentos que em 1965 albergavam o menor número de portugueses, a tendência para o regresso apresenta-se superior à média, mas, em contrapartida, esta percentagem é inferior nos 30 departamentos que albergam actualmente as colónias mais pequenas.

As percentagens são calculadas com exclusão da Ilha de França.

Correlação entre o número de partidas e a pequenez das colónias instaladas (em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	Percentagem de partidas	Percentagem da importância das colónias em 1965	Percentagem da importância das colónias em 1975	3/1
	(1)	(2)	(3)	
30 departamentos que albergam em 1969 as colónias mais pequenas	10,71	7,45	9,75	+ 9,84
30 departamentos que albergam em 1975 as colónias mais pequenas	7,10	9,35	8,15	— 13

As médias relativas a números pequenos são pouco significativas, mas, destes 30 departamentos, durante os 14 meses de aplicação do decreto, 5 deles não receberam qualquer requerimento, tendo 2 recebido apenas um único, enquanto 6 departamentos registaram a entrada de apenas 2 ou 3 requerimentos.

Em conclusão, parece, pois, que se encontra o mesmo um pouco por todo o lado, uma marcada propensão para a partida nas zonas de considerável e recente implantação portuguesa (exemplo-tipo, o Baixo Reno, com 554 portugueses em 1965, 8047 dez anos mais tarde e 80 requerimentos) e, pelo contrário, um fraco impacte da ajuda de regresso nos sectores onde os Portugueses se implantaram desde há muito e um fraco aumento numérico facilitaria a inserção no meio local (exemplo-tipo, o Tarn e o Garona, com 602 portugueses em 1965, 1380 dez anos mais tarde e nenhum requerimento).

Uma vez que a oposição entre a região parisiense e o resto da França do Norte e do Sul parece traçar diferentes comportamentos e situações perante o regresso, ela será tida em conta no decurso da análise da circular Stoléru. Deveremos, por exemplo, encontrar trabalhadores mais jovens, vivendo há menos tempo em França, na zona norte, e mais desempregados entre aqueles que receberam o «milhão», na zona sul.

Devemos, todavia, acautelar-nos sobre alguns pontos: por um lado, as correlações entre a importância das colónias portuguesas e o número de processos são facilmente falseadas pelo número destes (aritmeticamente, há um processo por cada 234 portugueses instalados em França) e, por outro, e sobretudo, nada garante que as conclusões do estudo dos processos possam ser alargadas ao conjunto do movimento migratório. Mesmo que as tendências gerais se apresentem aceitáveis, as conclusões que delas se possam extrair arriscam-se a entrar no domínio do arbitrário quando se tenta clarificar os resultados, aliás totalmente falseados pela prática de diferentes gestões administrativas, ao nível local, da imigração (não se percebe, por exemplo, o motivo por que, dos dois departamentos limítrofes Haute Vienne e Indre, cujas colónias portuguesas apresentam estruturas muito semelhantes, o primeiro registou cinco vezes mais requerimentos do que o segundo).

III. A LOCALIZAÇÃO DOS REGRESSADOS A PORTUGAL

O estudo da correlação entre a localização dos regressos a Portugal e as zonas de emigração é muito mais delicado devido às incertezas das estatísticas portuguesas, que só fornecem números detalhados para a emigração legal e na medida em que a ONI não publica dados por distritos antes de 1967.

A primeira verificação que se impõe é a extrema dispersão dos regressos. À excepção do Sul do País, muito pouco marcado pela emigração, não existe praticamente concelho que não tenha recebido pelo menos o regresso de um trabalhador migrante. No concelho mais frequentemente citado (o de Castelo Branco: 54 processos), uma análise mais minuciosa mostra-nos que todas as freguesias figuram entre os endereços dados em Portugal.

Este facto tenderia a demonstrar que a ajuda de regresso não deu lugar a uma prática colectiva de família alargada: o pai, os filhos maiores e até colaterais decidindo voltar juntos para disporem de uma soma considerável que lhes permitisse financiar um investimento de vulto na aldeia natal. Com efeito, sabe-se que, muito frequentemente, os portugueses duma mesma localidade tendem a reagrupar-se na mesma cidade ou nos mesmos arrabaldes em França e arranjar emprego na mesma empresa. Um exame complementar de 50 processos consecutivos da Seine-St. Denis (departamento escolhido pela importância da colónia portuguesa), a partir dos pedidos arquivados em Setembro de 1978, confirma a ausência de polarização.

50 portugueses regressados a 14 distritos e 42 concelhos diferentes residiam em 27 comunas do departamento e a cidade mais frequentemente citada (St. Ouen) não o é mais de seis vezes. Finalmente, o mesmo empregador não aparece senão três vezes. A excepção de um caso em que duas famílias residindo na mesma localidade regressaram à mesma freguesia, o retorno foi portanto um assunto individual.

No entanto, os regressos não se orientam prioritariamente para as zonas mais desenvolvidas do País. Nos últimos 25 anos, o essencial do crescimento económico fez-se ao longo do litoral, mas, se bem que os distritos banhados pelo mar (Viana, Braga, Porto, Coimbra, Leiria, Lisboa e Setúbal) tenham tido uma taxa de regresso ligeiramente superior à das partidas registadas pela ONI entre 1967 e 1974 (57 % contra 54 %), a correlação deixa de ser significativa se considerarmos a situação dos únicos 5 distritos que tiveram um crescimento da sua população entre 1960 e 1970 e concentram a realidade da actividade económica do País (Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal). Tendo deixado partir 37 % dos emigrados, só 32 % a eles regressam.

A comparação entre o local de nascimento e a morada da família em Portugal já não nos permite supor que a emigração, forma de êxodo rural, facilita a reinserção no meio urbano português. O essencial dos emigrantes provinha do campo e, destes, 90 % reinstalam-se no concelho de nascimento ou num concelho limítrofe (que corresponde geralmente ao concelho natal da esposa). A maioria dos que dão um endereço de regresso na Grande Lisboa é originária do Sul e do Alentejo. Como, em relação a estas zonas, o êxodo interno em direcção à capital é um fenómeno tradicional, pode-se pensar que eles já tinham abandonado a sua aldeia natal antes de emigrar para França.

A escolha de uma região economicamente avançada não parece, portanto, ser um factor determinante no regresso dos trabalhadores.

Finalmente, a correlação também não é perfeita quando se consideram as percentagens de regresso por distrito e o conjunto do fluxo migratório recenseado pela ONI (cf. quadro n.º 3); uma forte representação de regressos nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Leiria e Santarém e uma fraca representação do Porto e Vila Real. Sobretudo os desvios em percentagem entre os distritos que recebem mais regressos e os que recebem menos são muito mais marcados do que as variações em percentagem dos fluxos de partida nos distritos considerados.

Uma vez mais, a explicação remete para a história da emigração: com efeito, parece que, quanto mais se têm em conta os anos em que se efectuou a vinda dos trabalhadores que agora decidiram regressar, mais a localização das moradas de regresso confere com a localização dos

Regressos de emigrantes e fluxo de partida em Portugal

[QUADRO N.º 3]

Distritos	Regressos de emigrantes			Emigração por distritos: Natal de 1967-74(a)	Emigração até 1965(b)	Emigração de 1970-74(a)
	Total	Partidas depois de 1964	Partidas depois de 1970			
Aveiro	8,47	6,61	10	6,16	4,21	6,74
Beja	0,86	x	1,44	2,61		2,94
Braga	9,86	14,05	5,76	12,8	15,28	11,07
Bragança	5,68	4,13	5	6,34	2,42	5,71
Castelo Branco	9,32	11,57	8,9	5,65	11,78	5,49
Coimbra	6,32	2,07	9,2	5,04	1,82	5,46
Évora	0,64	x	0,96	1,24	0,32	2,07
Faro	3,97	3,72	3,84	4,31	4,62	4,16
Guarda	5,79	6,61	5,76	5,9	9,99	5,78
Leiria	10,5	15,7	7,21	7,14	11,86	7,6
Lisboa	4,18	2,48	5,04	4,75	5,53	4,81
Portalegre	0,32	x	0,48	1,41	0,25	2,32
Porto	7,4	3,31	11,29	10,69	9,48	10,36
Santarém	5,25	7,02	4,56	3,76	7,2	4,3
Setúbal	3	3,31	3,36	1,6	1,19	1,89
Viana do Castelo	7,82	11,57	4,8	5,26	10,87	4,83
Vila Real	4,72	2,48	5	7,66	2,54	7,76
Viseu	5,89	4,55	6,5	6,32	5,52	5,94
Percentagens dos 6 distritos mais importantes ...	54,37	67,7	53,25	50,95	69,26	49,47

(a) Fonte: ONI.

(b) Fonte: Junta Nacional da Emigração (só emigração legal).

fluxos de partida. Para os trabalhadores chegados a França antes de 1965, as percentagens de emigração por distrito têm praticamente o mesmo valor que as dos regressos (excepto, inexplicável e inversamente, os distritos da Guarda e do Porto) e desvios muito importantes opõem regiões de fortes e fracas correntes migratórias (6 distritos — os mesmos à excepção do Porto — forneceram mais de 2/3 dos regressos de portugueses que partiram nessa época).

A partir de 1969, a emigração tende a generalizar-se ao conjunto do País, as percentagens de fluxo por distrito concentram-se em torno da média e, simetricamente, as percentagens de regresso por distrito testemunham o mesmo nivelamento.

No conjunto, a análise das moradas de regresso indicadas nos processos, tal como a do último domicílio em França, parece revelar quanto os regressos se ligam à história da emigração, isto é, *quanto a quota-parte das determinações individuais na decisão de regressar se sobrepõe aos efeitos da conjuntura económica dos países de partida e de chegada.*

IV. IDADE E ESTRUTURA FAMILIAR DOS CANDIDATOS À PARTIDA

O exame de 50 % dos 3792 processos arquivados incide sobre uma população de 1831 homens, 1017 mulheres e 1060 crianças, ou seja, 3831

[QUADRO N.º 4]

Idade dos portugueses que utilizaram a ajuda de regresso

	Total português			Região parisiense			Resto da França do Norte			França do Sul		
	Total	Percentagem	Percentagem cumulativa	Total	Percentagem	Percentagem cumulativa	Total	Percentagem	Percentagem cumulativa	Total	Percentagem	Percentagem cumulativa
<i>Homens</i>												
Mais de 65 anos ...	20	1,1	—	8	1	—	7	1,2	—	5	1,1	—
60-64 anos ...	82	4,5	5,6	39	4,8	5,8	19	3,4	4,6	24	5,3	5,4
55-59 anos ...	197	10,8	16,4	96	11,75	17,55	49	8,7	13,3	52	11,55	17,95
50-54 anos ...	344	18,8	35,2	171	20,9	37,55	84	14,9	28,2	89	19,8	37,75
45-49 anos ...	292	15,95	51,15	142	17,4	54,95	100	17,8	46	50	11,1	48,85
35-39 anos ...	263	14,1	81,35	104	12,7	82,45	90	15,95	77,9	69	15,3	81,45
30-34 anos ...	244	13,3	94,65	97	11,9	54,35	86	15,2	93,1	61	13,55	95
25-29 anos ...	76	4,15	98,8	31	4,65	99	28	5	98,1	17	3,8	98,8
Menos de 25 anos ...	24	1,2	100	8	1	100	11	1,9	100	5	1,2	100
Total ...	1 831	—	—	817	—	—	564	—	—	450	—	—
<i>Mulheres</i>												
Mais de 65 anos ...	10	1	—	5	1,2	—	2	0,6	—	3	1,2	—
60-64 anos ...	23	2,3	3,3	13	3,3	3,5	4	1,1	1,7	6	2,4	3,6
55-59 anos ...	69	6,8	10,1	27	6,8	10,3	27	7,6	9,3	15	6	9,6
50-54 anos ...	128	120,6	22,7	57	13,8	24,1	34	9,7	19	37	14,7	24,3
45-49 anos ...	100	9,8	32,5	38	9,2	33,3	36	10,2	29,2	26	10,35	34,65
40-44 anos ...	157	15,4	47,9	60	14,8	48,1	60	17	46,2	37	14,7	49,35
35-39 anos ...	158	15,5	63,4	71	17,2	65,3	46	13	59,2	41	16,3	65,65
30-34 anos ...	208	20,45	83,85	79	19,1	84,4	82	23,2	82,4	47	18,7	84,35
25-29 anos ...	121	11,9	95,75	44	10,11	95,4	46	13	95,4	31	12,35	96,7
20-24 anos ...	43	4,25	100	19	4,6	100	16	4,5	100	9	3,3	100
Total ...	1 017	—	—	413	—	—	—	—	—	—	—	—

portugueses que residiram em França, e fornece indirectamente informações sobre 754 mulheres e 1510 crianças que ficaram no País. A amostra permite, portanto, apreender plenamente as estruturas demográficas e o nível social dos portugueses que requereram a ajuda de regresso e, por conseguinte, apreciar as razões e as modalidades do seu recurso à circular Stoléru.

1. A IDADE E A DURAÇÃO DA ESTADA

O ponto mais importante a assinalar refere-se à avançada idade dos portugueses que partiram com a ajuda de regresso (cf. quadro n.º 4): mais de metade tem mais de 45 anos e mais de um terço tem mais de 50 anos. Em contrapartida, os jovens encontram-se fracamente representados: 5 % têm menos de 30 anos e só 3 % (isto é, menos de 2 % do conjunto) chegaram a França com menos de 16 anos, acompanhando a sua família. Deve-se, portanto, concluir que os portugueses da segunda geração não voltam ao seu país, ou, pelo menos, não utilizam a ajuda de regresso.

Se a idade actual dos portugueses é tão elevada, isso explica-se, em primeiro lugar, pela duração da sua presença em França (cf. quadro n.º 5).

**Data de chegada a França dos portugueses
que utilizaram a ajuda de regresso**

[QUADRO N.º 5]

Datas	Homens				Mulheres			
	Total	Região pari- siense	Resto da França do Norte	França do Sul	Total	Região pari- siense	Resto da França do Norte	França do Sul
Antes de 1963 ...	7	8,7	5,1	6,2	1,9	2,9	1,1	1,2
De 1963 a 1967	38,8	43,5	35,3	34,7	22,6	25,4	15,9	27,5
De 1968 a 1972	52,2	46,5	57	56,9	64,6	62,7	70,8	58,9
Depois de 1972	2	1,3	2,5	2,2	10,9	9	12,2	12,4

7 % dos que regressaram terão vivido em França mais de 15 anos, 46 % mais de 10 anos, e a duração média da presença cifra-se em 9 anos e meio. Se considerarmos que as condições de entrada em França foram consideravelmente facilitadas depois de 1970 com a nova brandura das autoridades de Lisboa, isso significa que mais de metade dos que voltaram com o «milhão» eram emigrantes do período «heróico» da clandestinidade, para quem ultrapassar as dificuldades iniciais da inserção em França era já uma prova de sucesso.

Mas outra razão para a avançada idade dos emigrantes que regressam é a idade que eles tinham quando chegaram a França. Mais de 50 % chegou já com mais de 35 anos, e esta percentagem eleva-se para 55 % para aqueles cuja chegada é anterior a 1967. Ora, mesmo que, devido à

clandestinidade, a idade dos emigrantes à data da partida de Portugal seja mal conhecida, ela é consideravelmente mais baixa do que a que revela a amostra.

Em 1969, a ONI admitiu ou recebeu 73 % dos trabalhadores portugueses com menos de 35 anos, e, de acordo com os números oficiais portugueses (tendo apenas em consideração a emigração legal e incluindo também as partidas transoceânicas), no decénio de 1960-70, 61 % dos emigrantes têm menos de 35 anos.

Por conseguinte, os portugueses que utilizaram a ajuda de regresso representam, na sua maioria, uma fracção específica da colónia lusitana instalada em França: a sua idade média avançada à data da partida de Portugal e a duração da sua estada em França sugerem simultaneamente que o regresso pode significar uma espécie de reforma antecipada e justificar-se pelos laços mantidos com o País.

Mais delicado é explicar as diferenças regionais (cf. quadros n.^{os} 3 e 4) e, embora as noções «França do Norte» ou «França do Sul» pareçam operatórias ao nível das tendências gerais, elas resultam apenas da soma dos dados regionais, por vezes numericamente muito fracos. Estas pequenas diferenças, pois as variações não põem em causa as tendências gerais medidas nos três subconjuntos regionais, parecem contudo estar de acordo com as observações anteriormente feitas sobre as relações existentes entre a antiguidade das colónias e a propensão para o regresso. A região parisiense é a zona onde os candidatos ao regresso têm simultaneamente a idade média mais elevada e a estada mais longa em França (10 anos e meio), mas é também a região que alberga a colónia portuguesa mais numerosa e mais antiga.

Pelo contrário, no resto da «França do Norte», a idade média dos trabalhadores retornados com a ajuda de regresso é mais baixa e a duração da estada mais curta (8 anos e meio); o que coincide com o carácter mais recente da implantação portuguesa nesta zona da França. A França do Sul situa-se numa posição intermédia em relação à idade dos emigrantes regressados, mas a duração da estada destes últimos é comparável à da França do Norte. Esta última característica entra em contradição com a antiguidade da instalação dos Portugueses no Sul do Loire e poderia explicar-se por um processo de migração interna no interior da França. É sabido que um certo número de trabalhadores portugueses regularizou a sua situação administrativa nos departamentos próximos dos Pirenéus, dirigindo-se, em seguida, para zonas onde a actividade era mais segura e os salários mais elevados. Nunca foram efectuados cálculos sobre esta reemigração e os processos consultados na ONI não só são omissos em relação à primeira morada em França, como não detalham os regressos periódicos feitos por portugueses ao país natal.

2. ESTRUTURA FAMILIAR

A idade média das portuguesas candidatas ao regresso é ligeiramente inferior a 40 anos e a duração média da estada em França situa-se nos 7 anos; a grande diferença da idade entre os portugueses (mais de 5 anos) e os desvios na presença em França (mais de 2 anos e meio) não podem ser explicados nem pelo comportamento matrimonial lusitano, nem pelas práticas de reagrupamento familiar. Eles sublinham que uma fracção im-

portante dos trabalhadores, sobretudo os mais idosos, tinha deixado a família no País (cf. quadro n.º 6).

Cerca de 45 % dos portugueses tinham emigrado sem a sua família, elevando-se a percentagem a cerca de 60 % para os emigrantes com mais de 45 anos, enquanto para os mais jovens ela se cifra nos 30 %. Se bem que se não conheça o número de portugueses que vivem em França sem a sua família, o certo é que o número de «solteiros» reais da amostra é superior à média, se atendermos a que, no recenseamento de 1975, a população portuguesa com mais de 17 anos revelava, na proporção homens/mulheres, uma margem de 53 % favorável aos primeiros.

O facto de quanto mais idoso e quanto mais cedo o imigrante tiver vindo para França maior tendência mostrar para residir só explica que seja a região parisiense e a França meridional a albergar o maior número de portugueses que vivem em celibato, enquanto, em sentido inverso, o resto da França setentrional apresenta um desequilíbrio menor na proporção homens/mulheres, pois é aí que se encontram os mais jovens can-

**Presença da família segundo a idade do chefe de família
e a data de chegada a França (número de casos e percentagem)**

[QUADRO N.º 6]

		Total	Idade do chefe de família		Chefe de família entrado em França antes de 1967 com mais de 35 anos
			Mais de 45 anos	Menos de 45 anos	
França	Família em França	94 655,6	36 741,7	57 970	12 737,1
	Família em Portugal	75 444,4	51 358,3	24 130	21 562,9
	Total . . .	1 700 100	88 051,8	82 042,2	342 100
Região parisiense	Família em França	38 250,2	16 037,2	22 267,3	5 432,1
	Família em Portugal	37 849,75	27 062,8	10 832,7	11 467,9
	Total . . .	760 100	43 056	33 044	168 100
Resto da França do Norte	Família em França	33 062,7	11 747,5	21 376	4 345
	Família em Portugal	19 637,3	12 952,5	6 724	5 255
	Total . . .	526 100	24 646,8	28 053,2	95 100
França do Sul	Família em França	23 456,5	9 044,15	14 468,5	3 038
	Família em Portugal	18 043,5	11 455,9	6 631,5	4 962
	Total . . .	414 100	20 449,3	21 050,7	79 100

didatos ao regresso. Isto explica também a homogeneidade que se encontra nas pirâmides de idade dos portugueses, independentemente das regiões consideradas (cf. quadro n.º 4).

Esta observação está em contradição com o dinamismo do processo migratório, segundo o qual a duração da presença no estrangeiro constitui um factor de reaproximação familiar e sublinha o carácter atípico da amostra dos portugueses que receberam a ajuda de regresso em relação ao conjunto da colónia instalada em França (mesmo que os antigos habitantes da França do Norte se aproximem mais da norma).

Combinando a idade e a estrutura familiar, parece que 30 % destes imigrantes antigos tinham simultaneamente mais de 45 anos e todos os seus laços familiares em Portugal e que, pelo contrário, 34 % tinham simultaneamente menos de 45 anos e viviam em França com a sua família, isto é, encontravam-se nas condições óptimas de inserção na sociedade francesa.

Pondo agora de parte as condições económicas que possam ter contribuído para acelerar o regresso do emigrante, podemos, todavia, afirmar, desde já, que cerca de 2/3 nunca tinham seriamente pensado em instalar-se para sempre em França, fosse porque a família ficara na terra, fosse porque a idade avançada convidava ao regresso à terra natal.

O corolário da idade e da estrutura familiar destes emigrados regressados ao País é o número de filhos menores ser muito fraco e muito inferior à taxa apresentada pelo recenseamento de 1975 (26 % contra 36 %): a média de filhos por mulher casada cifra-se em 1,12, mas 40 % dos casais não têm filhos e 38 % têm 1 ou 2. Enquanto as famílias regressadas a Portugal com 5 filhos apenas representam 2,5 % da amostra. Na zona do Norte da França, a presença de famílias mais jovens faz naturalmente aumentar o número de crianças menores: existem apenas 32 % de casais sem filhos e as famílias com mais de 3 crianças representam 25 % da subamostra.

Por último, e para todos os sectores geográficos, a pirâmide de idades é muito diferente conforme se trata de crianças que residam em França com os seus pais ou que tenham ficado à guarda da mãe em Portugal (cf. quadro n.º 7).

No caso dos filhos que ficaram em Portugal, a estrutura das idades está de acordo com a idade das mães e com a baixa de fecundidade que o País conheceu nos últimos anos. Mas o facto de a pirâmide demo-

Idade dos filhos de emigrantes

[QUADRO N.º 7]

Idades	Filhos tendo residido em França	Porcentagem	Filhos tendo permanecido em Portugal	Porcentagem
Mais de 15 anos	491	12,3	130	32,5
10-15 anos	557	30	317	36,9
5-9 anos	335	36,3	385	22,2
Menos de 5 anos	187	21,4	228	8,4
Total	1 050	100	1 060	100

gráfica dos filhos que residiram em França se apresentar numa situação invertida (57,7 % das crianças têm menos de 10 anos, contra 0,3 % que nunca saíram de Portugal) pode justificar-se, em parte, pela circunstância de a idade das mães ser mais baixa, traduzindo talvez «pela negativa» o comportamento das famílias perante o problema do regresso ao País: hesitação em regressar quando existem filhos com mais de 10 anos, mais integrados já na sociedade francesa e com uma escolarização feita na língua do país de acolhimento, o que tende a fazê-los sentirem-se estrangeiros no seu próprio país.

Reforça-se assim a impressão de que a ajuda de regresso é aproveitada mais em função de uma lógica individual do que em função de meros imperativos económicos.

3. A SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

Embora se não deva confundir a escolha de um estatuto mais favorável para o estrangeiro com a prova de uma vontade de assimilação, o modo como os candidatos ao regresso souberam (puderam) obter uma carta de residência ou de trabalho, que confere garantias suplementares, pode constituir um indício de um melhor conhecimento da legislação francesa e uma prova do seu à-vontade na prática da sociedade de acolhimento.

No entanto, se a quase totalidade dos portugueses da amostra poderiam desejar uma carta de residente privilegiado, só 40 % tinham requerido e obtido esse estatuto mais favorável (cf. quadro n.º 8).

Percentagem de portugueses beneficiando de uma carta de residente privilegiado segundo a duração da estada em França

[QUADRO N.º 8]

Idades	Total	Região parisiense	Resto da França do Norte	França do Sul
Mais de 15 anos	59,3	50	83	61,5
10 a 14 anos	47,5	35	65	56,8
5 a 9 anos	33,6	20	46,8	35,7
Total	41,2	30	55,3	44,8

Dado que a concessão desta carta não é automática, tendo apenas lugar após requerimento do interessado e subsequente investigação das autoridades, pode deduzir-se, através da análise das percentagens, que a grande maioria dos portugueses regressados ao seu país não avaliaram devidamente as vantagens conferidas pela posse de uma carta de residente privilegiado e deduzir daí a existência de uma parca vontade de integração. Anote-se que a análise da fracção da amostra que residiu em França menos de 10 anos revela que mais de dois terços dos emi-

grantes não pensaram fazer esta diligência aquando da segunda ou da terceira renovação da sua carta normal de residente.

Contudo, as diferenças regionais permanecem misteriosas: a menos que se atribua uma grande liberalidade às autoridades administrativas do Norte da França e uma severidade excepcional às da região parisiense, a diferença das percentagens de residentes privilegiados poderia explicar-se, em parte, pela diferença de idade já verificada entre os emigrados mais antigos. Efectivamente, parece que, quanto mais idosos são os portugueses, mais diminui a percentagem dos detentores de cartas de residentes privilegiados. Este facto está sem dúvida de acordo com a fraca integração que caracteriza este escalão etário, mas pode estar condicionado pela exigência de um decreto, apenas revogado em 1976 e que limitava o estudo de residente privilegiado aos estrangeiros que à data da chegada à França tivessem menos de 35 anos de idade.

A análise das cartas de residência, embora não esteja em condição com o carácter atípico da amostra estudada, encontra-se repleta de incógnitas de ordem administrativa para poder constituir uma medida precisa do grau de integração dos portugueses que escolheram a ajuda do regresso. De resto, se se confirmar que estes souberam, na sua maioria, beneficiar da subvenção do Estado por ocasião de um regresso já projectado, a sua atitude revela, ao contrário, a capacidade de tirarem partido da legislação em vigor. O exame das cartas de trabalho confirma-o (cf. quadro n.º 9).

As alterações introduzidas na regulamentação em 24 de Fevereiro de 1976 compilam o comentário ao quadro. Verifica-se, no entanto, em todas as regiões que cerca de 3/4 dos portugueses da amostra dispunham de cartas de trabalho de longa validade e, sobretudo, que eles se empenhavam em obter cartas deste tipo: 53 % daqueles que residiram em França mais de 10 anos e 80 % dos que aí se encontravam há mais de 15 anos dispunham de cartas de validade permanente concedidas segundo o regime antigo.

Por outras palavras, a amostra revelaria um grupo menos preocupado em obter uma carta de residente privilegiado do que uma carta de trabalho de validade prolongada, um grupo menos preocupado em melhorar o seu estatuto de estrangeiro do que em beneficiar, no seu trabalho, das vantagens de mobilidade geográfica, ou seja, profissional.

V. RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA E QUALIFICAÇÃO

1. A ACTIVIDADE

O elemento dominante na repartição da amostra, segundo a natureza da actividade económica, é a relevância que aí assumem a construção civil e as obras públicas: 56,6 %; esta taxa é, na verdade, superior, na medida em que quase metade dos portugueses classificados na rubrica «Serviços», em função da actividade da entidade empregadora, desempenham de facto trabalhos de pedreiro em empresas de trabalho temporário ou de conservação de imóveis para colectividades.

**Natureza das cartas de trabalho segundo a duração da estada
dos portugueses que receberam a ajuda de regresso**

[QUADRO N.º 9]

Idades	Total		Temporário		Regimento antigo				Novo regime			
					Ordinário		Validade permanente		Ordinário		Profissional assalariado	
Mais de 15 anos	139	100 %	—	—	1	0,7 %	112	80,6 %	2	1,4 %	24	17,3 %
10-14 anos	717	100 %	—	—	68	9,5 %	385	53,7 %	20	2,8 %	244	34 %
5-9 anos	902	100 %	2	0,2 %	251	32,3 %	136	15 %	59	6,5 %	414	45,9 %
Menos de 5 anos	26	100 %	3	11,5 %	10	38,5 %	—	—	6	23 %	7	27 %
Total ...	1 784	100 %	5	0,3 %	370	20,7 %	633	35,5 %	87	4,9 %	689	38,6 %

Ramos de actividade económica dos portugueses regressados (a)

[QUADRO N.º 13]

Ramos de actividade	Assalariados						Duração da estada em França					
	Total	Porcentagem	Mais de 45 anos	Porcentagem	Menos de 45 anos	Porcentagem	Mais de 15 anos	Porcentagem	10-14 anos	Porcentagem	5-9 anos	Porcentagem
Agricultura	88	4,8	53	5,9	35	3,9	2	1,5	35	4,8	48	5,2
Construção e obras públicas .	1 017	56,6	572	63,7	445	49,4	99	73,9	478	66,5	425	46,3
Indústria	515	31,5	226	25,2	339	37,7	27	20,1	164	22,8	366	39,9
Serviços(b)	128	7,1	47	5,2	81	9	6	4,5	42	5,9	78	8,6
Total ...	1 798	100	898	100	900	100	134	—	719	—	917	—

(a) O cálculo toma em consideração a natureza do último emprego dos desempregados.

(b) Ramos 60 a 99 do código das nomenclaturas económicas do INSEE.

Ora esta concentração na construção civil e obras públicas é largamente superior à importância que este ramo assume no conjunto dos emigrados portugueses instalados em França: no recenseamento de 1975, 47 % encontram-se na construção civil. Esta concentração ultrapassa mesmo as taxas calculadas pela ONI aquando dos contratos preliminares, apesar de, para um bom número de portugueses (sobretudo os clandestinos), a construção civil ter constituído o ponto de partida para o primeiro contrato, subseqüentemente abandonado em favor de trabalhos menos ingratos: em 1969, ano recorde da imigração «selvagem», a ONI apenas regularizou 51 % dos emigrados lusitanos neste ramo de actividade.

Além disso, apesar de a construção civil e obras públicas ser, em geral, uma actividade de acolhimento para os estrangeiros, não um rumo de promoção, a taxa de portugueses empregados neste sector aumenta com a idade e a duração da estada em França.

Torna-se portanto necessário concluir que a maioria do grupo que utilizou a ajuda de regresso não procurou ser promovido e se acantonou neste ramo, onde tradicionalmente as horas suplementares e os prémios de deslocação compensam a exiguidade do salário.

É neste ramo que a maioria continua ainda a desempenhar as tarefas mais rudes: mais de 3/4 dos assalariados do sector trabalham nas fundações e nos alicerces de edifícios como pedreiros de cofragem, montadores de ferro, cabouqueiros, e menos de 1/4 em serviços de apoio ou em serviços ligados ao edifício (condutores de máquinas, mecânicos de estaleiro).

Este facto reforça a ideia de que, entre estes emigrados mais antigos, um grupo majoritário, frequentemente idoso, vivendo em celibato e vindo para França sem desejo de promoção, se mantém no sector económico menos apreciado pelos trabalhadores nacionais, mas mais favorável, pelos seus ritmos de trabalho, à manutenção dos contactos com o país natal.

Uma análise mais atenta do emprego por ramos económicos da indústria não teria grande sentido devido à existência de particularidades regionais que privilegiam por exemplo, localmente, os têxteis no Norte ou a metalurgia na região parisiense. Torna-se, todavia, necessário sublinhar a oposição que uma vez mais se manifesta entre a França do Norte (excluindo a região parisiense e o resto da amostra, no qual a percentagem de assalariados empregados na indústria se revela muito superior à taxa do grupo estudado e se aproxima da média da colónia portuguesa em França. Será preciso invocar o carácter mais industrial das regiões em causa (e a região parisiense?...) ou ter em consideração a idade menos avançada dos imigrados mais antigos? Sem que as razões se apresentem muito claras, a fracção de emigrados regressados da França setentrional (em especial da Alsácia, Lorena, Franco-Condado e Champanha-Ardenas) conserva estruturas demográficas e económicas sensivelmente específicas.

Não é ao nível dos ramos de actividade que as assalariadas portuguesas da amostra diferem do conjunto das outras que trabalham em França: metade emprega-se na indústria e a outra metade nos serviços (sobretudo trabalhos de limpeza e manutenção). Estas percentagens variam, logicamente, de acordo com as regiões e o mercado de trabalho local: o Norte apresenta mais empregados na indústria, ao passo que na região parisiense são as actividades terciárias que ganham relevo. O próprio

conceito de «serviços» é demasiado vago para permitir um estudo mais minucioso segundo a idade dos trabalhadores ou a duração da estada em França: sabe-se, por exemplo, que a limpeza industrial, à semelhança da construção e obras públicas, é uma actividade de acolhimento, facilmente abandonada em favor de trabalho numa fábrica. Em contrapartida, a obtenção, muito apreciada, dum emprego como porteira é testemunho duma longa estada em França.

É certo que a legislação sobre a ajuda de regresso, ao conceder uma indemnização à esposa assalariada, justifica que se encontre na amostra estudada uma forte percentagem de casais em que ambos os cônjuges trabalham. Contudo, com uma taxa de actividade que se aproxima dos 70 %, as portuguesas regressadas ao seu país com o «milhão» encontram-se a trabalhar em número superior ao do conjunto das suas compatriotas instaladas em França e até mesmo ao do conjunto das francesas. E, como testemunha o facto de entre as não trabalhadoras existirem duas vezes menos portuguesas a beneficiar de uma carta de residente privilegiada, a inactividade parcamente ligada à idade das portuguesas (salvo acima dos 55 anos) depende grandemente da brevidade da estada em França (cf. quadro n.º 11).

A taxa de actividade segundo a duração da estada

[QUADRO N.º 11]

	Total	Mais de 15 anos	10-14 anos	5-9 anos	Menos de 5 anos
Portuguesas inactivas ...	310	13	46	180	71
Percentagem	30,3	52	22,7	26,3	64

Aparentemente, portanto, estas portuguesas vieram para França para se juntarem ao seu consorte... e, por sua vez, encontrar trabalho. A forte taxa de actividade, ligada a um pequeno número de filhos (porque estes sejam maiores, ou porque se tenha procedido a um controlo de natalidade), revela uma estratégia de «acumulação centrada em investimentos a realizar em Portugal e implica o regresso ao país natal com ou sem ajuda do país de acolhimento.

2. A QUALIFICAÇÃO

A análise das qualificações apresenta resultados aparentemente pouco conformes a esta visão de um grupo de imigrados mal integrados na sociedade de acolhimento. Embora só se encontrem 5 técnicos e 6 empregados a utilizar a ajuda de regresso, os operários cuja qualificação é especificada nos processos parecem ser profissionais de um nível superior à média portuguesa em França e a sua competência aumenta com a idade (cf. quadro n.º 12).

Enquanto, no recenseamento de 1975, o conjunto dos portugueses contramestres e operários profissionais não atingia os 40 %, quase me-

Qualificação dos operários

[QUADRO N.º 12]

	Contra- mes- tres	Percen- tagem	Operários profissionais/ Operários qualificados	Percen- tagem	Operários assalariados	Percen- tagem	Mão- de- obra	Percen- tagem	Total
Mais de 15 anos de presença ...	6	6,5	48	52,2	22	23,9	16	17,4	92
De 10 a 14 anos	9	2	226	50,6	124	27,7	88	19,7	447
De 5 a 10 anos	14	2,5	214	38,6	202	36,4	125	22,5	555
Operários da construção e obras públicas	—	2,45	—	54	—	21,5	—	22,5	651
Operários da indústria	—	5,6	—	31	—	38	—	22	443
Total ...	29	2,7	488	44,6	348	31,8	229	20 9	1 094

tade da amostra atinge este nível de qualificação e, destes, mais de 55 % dos que residiam em França há mais de 15 anos.

Contudo, estes dados permanecem pouco significativos: num terço dos processos, a qualificação do operário não é mencionada e a importância atribuída aos assalariados da construção civil e obras públicas falseia as percentagens. Por razões ligadas simultaneamente à organização dispersa das profissões e às condições de regularização dos clandestinos (em 1969 só os operários «qualificados» foram autorizados a permanecer), as classificações variam segundo as empresas e as corporações de ofícios. Elas não possuem também uma medida comum para a competência real e o salário operário. De resto, o exame das qualificações nos outros ramos da indústria mostra um nível muito mais baixo e inteiramente comparável ao do conjunto da colónia que trabalha em França.

Contudo, esta oposição entre «boa» qualificação e «mau» ramo de actividade lembra o contraste evidenciado entre o estatuto de residente medíocre e um estatuto de trabalhador aberto a possibilidades mais amplas. Pode-se conceber que uma importante fracção da amostra tenha ficado na construção civil por esta actividade estar precisamente de acordo com a sua estratégia de ulterior regresso, permanecendo na mesma empresa e melhorando a sua qualificação ao longo dos anos.

VI. DESEMPREGO

Dos 1896 processos de trabalhadores que optaram pela ajuda de regresso, 461 pertencem a pessoas desempregadas, ou seja, 24,3 %. Esta percentagem parece superior à média calculada pela ONI em fins de Setembro de 1978 (17 %) para o conjunto dos portugueses que fizeram o requerimento. A amostra incide, no entanto, sobre um período muito mais curto — cerca de 10 meses —, se se considerar que decorre, pelo menos, um trimestre entre a recepção de processos e o seu arquivo na

sede da ONI. E a percentagem dos desempregados no inquérito é sobrestimada pelo facto de só eles poderem requerer a ajuda de regresso, conforme o texto original da circular de Stolérú. Só depois de 28 de Setembro de 1977 a ajuda de regresso se estendeu a todos os estrangeiros que comprovassem ter cinco anos de trabalho. Dos 461 requerimentos, 241 foram feitos antes da generalização da circular, embora no período seguinte a taxa baixasse para 13,3 % e pareça diminuir progressivamente.

Calculada em relação aos assalariados, e não em função dos processos, a percentagem apresenta-se ainda mais fraca: em 1831 trabalhadores contavam-se 384 desempregados, ou seja, 21 %, dos quais 184 tinham pedido para regressar depois de 28 de Setembro, ou seja, 11,5 % dos restantes candidatos ao regresso. Para as mulheres, os dados indicavam 95 assalariadas privadas de emprego em 707, ou seja, uma taxa de desemprego de 13,4 %, que baixa para 7,8 % se considerarmos apenas a segunda fase de aplicação da circular.

A taxa de desemprego que atinge a amostra «subsidiada» é considerável se a compararmos com a taxa de desemprego que aflige os portugueses em França há um ano, mas continua fraca se considerarmos que a ajuda de regresso visava incitar os estrangeiros desempregados a regressarem voluntariamente ao seu país natal. No espaço de um ano, menos de 1000 portugueses desempregados terão regressado ao seu país beneficiando dos subsídios do Estado, enquanto o número de trabalhadores inscritos na ANPE passa de 11 460 para 11 260, de Junho de 1977 a Março de 1978.

A perda do emprego não terá constituído o motivo determinante na escolha do regresso e a ajuda do regresso revela-se, num número limitado de casos, como uma solução de desespero para os estrangeiros privados de recursos: 155 dos 754 chefes de família que vieram sozinhos para trabalhar estavam no desemprego aquando da partida (20,5 %).

Das 946 famílias instaladas há mais tempo em França:

22 tinham os dois cônjuges inscritos na ANPE;

94 tinham o marido inscrito na ANPE, mantendo a mulher o seu emprego;

67 tinham o marido inscrito na ANPE, não trabalhando a mulher;

95 tinham a mulher inscrita na ANPE.

No conjunto, se se admitir que as famílias que ficaram no país natal continuaram, por via de regra, a explorar um pequeno pedaço de terra, menos de uma centena de famílias apenas tinha o subsídio de desemprego para satisfazer as suas necessidades.

Deve notar-se, aliás, para o caso do desemprego feminino, que 37 das 95 desempregadas fizeram o seu pedido de ajuda de regresso antes da extensão da circular a todos os estrangeiros. Isso significa bastante provavelmente que o marido continua a trabalhar e que o casal, já decidido a regressar, utiliza o desemprego da mulher para entrar no campo de aplicação da circular e beneficiar, de passagem, dos subsídios concedidos pelo Estado. Incidindo sobre números restritos, e não podendo ser dissociado da situação do casal, o desemprego feminino não merece um estudo mais aprofundado.

Quanto aos portugueses sem trabalho, a duração do desemprego no momento do pedido (à falta de outros dados, a duração do desemprego

é, arbitrariamente, o espaço de tempo decorrido entre a data de inscrição na ANPE e a da entrega da ajuda de regresso) e o momento em que a ajuda foi requerida (antes ou depois de 28 de Setembro) permitem matizar as situações e distinguir os casos em que a ajuda de regresso teria acompanhado um projecto pessoal, daqueles em que teria actuado como um constrangimento (cf. quadro n.º 13).

**Desemprego masculino segundo a duração, o período de inscrição
e a estrutura familiar (percentagem)**

[QUADRO N.º 13]

	Menos de 3 meses	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total	
Total dos desempregados com pedido antes de 28 de Setembro	41,4	60,9	23,7	13,4	384	100
pedido depois de 28 de Setembro	33	53	31	16	200	52
	50,5	69,5	20,2	10,3	184	48
Desempregados com família no país com pedido antes de 28 de Setembro	40,6	58,6	25,8	15,6	155	100
pedido depois de 28 de Setembro	28,8	45	31,2	23,8	80	51,5
	53,3	73,3	20	6,7	75	48,5
Desempregados com família em França com pedido feito antes de 28 de Setembro	39,1	59	24,2	16,8	161	100
pedido feito depois de 28 de Setembro	23	48,2	31,7	20	85	52,8
com cônjuge assalariado	52,6	71	15,8	13,2	76	47,2
cônjuge não assalariado	38,3	63,8	19,2	17	94	58,4
	40,2	52,1	31,3	16,4	67	41,6

Calculadas sobre pequenos números, estas percentagens, se bem tenham um valor meramente indicativo, fazem todavia ressaltar:

Em primeiro lugar, que, no conjunto, a situação de desemprego foi breve para aqueles que pediram a ajuda de regresso; inferior a 3 meses para 40 % dos processos e inferior a 6 meses para 60 %. Pelo contrário, poucos eram os portugueses que procuravam trabalho há mais de um ano quando se resignaram a aceitar o pecúlio de regresso.

Em seguida, que a situação é muito diferente conforme o pedido tenha sido feito durante a primeira ou a segunda fase de aplicação do decreto. Na primeira fase, 47 % dos candidatos à partida estão desempregados

há mais de 6 meses; durante a segunda, 70 % dos requerentes frequentam a agência de empregos há menos de 6 meses. Por outras palavras, desde a sua publicação, a circular correspondeu cabalmente ao papel que lhe fora destinado: resolver (do ponto de vista francês) situações socialmente penosas e retirar das estatísticas de trabalhadores à procura de emprego um certo número de assalariados estrangeiros com dificuldades em reencontrar emprego. Assistiu-se, em consequência, ao aumento da utilização da ajuda de regresso por parte dos portugueses, sem que tivessem esgotado previamente os seus direitos ao subsídio de desemprego. Ora qualquer estrangeiro prevenido deveria, em primeiro lugar, tirar partido deste subsídio (sobretudo se foi vítima de despedimento económico) antes de, e em última instância, recorrer à ajuda de regresso, não tendo comparação o benefício financeiro de um com o montante da outra. O subsídio de regresso em si mesmo não constituiria mais do que um fraco incentivo, mas muitos portugueses, ao perderem o seu emprego e ao verem-se impossibilitados de continuar a economizar, ter-se-iam decidido a apressar o seu regresso, levando «de passagem» o bónus do «milhão».

Esta asserção é parcialmente confirmada pela sensível diferença de comportamentos dos desempregados cuja família se encontrava em França e daqueles que tinham deixado os seus na terra, pelo menos na segunda fase de aplicação da circular. No início da sua aplicação domina uma grande uniformidade, a crise não influi com muita evidência na situação social dos trabalhadores, mas, seguidamente, aqueles que deixaram a família no País parecem regressar mais depressa após o seu despedimento. Parece, pelo contrário, embora as percentagens incidam sobre números demasiado pequenos para serem afirmativos, que os assalariados cujo cônjuge não trabalha levam mais tempo a utilizar a ajuda de regresso quando perdem o emprego.

Estas tendências mantêm-se se considerarmos a idade e a última actividade económica dos desempregados. A idade média dos trabalhadores privados de emprego encontra-se muito próxima da dos portugueses da amostra e os assalariados mais antigos com menos de 45 anos de idade têm um tempo de desemprego de duração comparável à do conjunto dos desempregados da amostra. Percentualmente mais numerosos a regressar na primeira fase, é nos mais idosos que se notam os desvios mais significativos (cf. quadro n.º 14).

Idade e última actividade económica dos desempregados

[QUADRO N.º 14]

	Mais de 3 meses	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	Mais de 12 meses
Portugueses com mais de 45 anos	40,2	59,1	25,8	15,1
Pedido antes de 28 de Se- tembro	30,8	45,2	36,5	18,3
Pedido depois de 28 de Se- tembro	53,7	76,8	12,2	11
Construção e obras públicas	40,3	62,3	25,9	11,8
Indústria	38,9	56,3	21,4	22,3

Entre os desempregados que entregam o requerimento de regresso antes de 28 de Setembro, a percentagem de trabalhadores desempregados há mais de 6 meses é muito elevada (mais de 55 %) e é considerável a daqueles que não têm trabalho há mais de um ano (quase 20 %). Isto confirma os efeitos sociais obtidos pela circular na sua primeira fase: um certo número de trabalhadores com dificuldades em obter trabalho, situação que se agravava para os mais idosos, aproveita-se do «milhão» para regressar a casa e gozar uma reforma antecipada. Mais tarde, esgotado este contingente de situações difíceis e melhor conhecidos os efeitos da circular, os velhos emigrados, francamente inseridos na sociedade francesa, regressam mais rapidamente quando perdem o seu emprego (destes, quase 54 % estão desempregados há menos de 3 meses quando pedem a ajuda de regresso).

O facto de existirem, em média, mais desempregados antigos na situação de residentes ordinários (72 % contra 60 %, no conjunto da amostra) e de disporem menos frequentemente que os outros de uma carta de trabalho de longa validade (59 % contra 78 %) sugere uma menor integração destes na sociedade francesa. A sua estada em França é comparável à da amostra (cf. quadro n.º 15).

Duração da estada em França dos desempregados

[QUADRO N.º 15]

	Total da amostra	Total dos desempregados	Desempregados com pedido de regresso	
			De 28 de Setembro	Depois de 28 de Setembro
Mais de 10 anos	45,8	47	44,5	52,2
Menos de 10 anos	54,2	53	55,5	47,5

Contudo, as percentagens invertem-se conforme o pedido de regresso tenha sido feito antes ou depois de 28 de Setembro. Pode-se supor que, durante a primeira fase, foram os trabalhadores mais isolados os que tiveram de aceitar esta medida e que, mais tarde, pelo contrário, foram assalariados mais antigos os que souberam fazer coincidir a utilização do «milhão» com o seu projecto de regresso. Assim se confirmaria a impressão da dupla função desempenhada pela ajuda de regresso, resolvendo em primeiro lugar situações difíceis e acompanhando em seguida projectos pessoais.

Consequência lógica da idade e da duração da estada, os assalariados mais antigos da construção civil encontram-se mais representados entre os desempregados do que no conjunto da amostra (53 % contra 51 %) e em menor número entre os operários da indústria (27 % contra 31 %). Todavia, é preciso notar que a duração da inactividade é muito mais longa neste último caso no momento em que intervém o requerimento de ajuda de regresso: os assalariados mais jovens, ocupados nas mais diversas actividades, procuram emprego durante mais tempo antes de tomarem a decisão de regressar.

A análise relativa à fracção de imigrados mais antigos em situação de desemprego prolonga as tendências evidenciadas na amostra estudada. As variações regionais apontam no mesmo sentido: a taxa notavelmente mais baixa de desemprego dos portugueses na França do Norte (13 %) vem confirmar que o regresso dos trabalhadores desta zona obedece a uma lógica específica. E, como esta percentagem mais baixa de desempregados está de acordo com a taxa de actividade mantida nesta zona de França há um ano, a particularidade de regresso neste sector remete-nos para a história migratória da colónia portuguesa instalada no Norte do Loire.

CONCLUSÃO

O objectivo que presidiu ao estudo de uma amostra de imigrados regressados a Portugal com a ajuda de regresso não foi o de avaliar a eficácia alcançada pela circular Stolérú perante os propósitos que tinham presidido à sua elaboração, mas o de apreender, através dos únicos dados existentes, a estrutura demográfica e económica da fracção da colónia portuguesa regressada ao seu país. Todavia, se considerarmos a paradoxal situação dos portugueses, pois são eles que mais apelo fazem à ajuda de regresso e que menor número de desempregados detêm entre os candidatos ao regresso, não podemos deixar de nos interrogar sobre o grau de incitamento apresentado pela circular Stolérú.

No início da sua aplicação, ela facilitou sem dúvida o regresso de um certo número de trabalhadores idosos desempregados há muito tempo, mas, seguidamente, encorajou mais notoriamente certos imigrantes no seu projecto de regresso, projecto para o qual ela não os tinha incitado. Na melhor das hipóteses, com a pressão da crise, a subida dos preços, a redução dos horários e a impossibilidade de fazer economias, ela reforçou e precipitou uma decisão que muitos emigrantes, divididos entre os laços da nova vida no estrangeiro e a nostalgia do País, adiavam de boa vontade para mais tarde. No seu conjunto, contudo, a amostra que recebeu a ajuda de regresso sobressai nitidamente, pela sua estrutura demográfica e pela sua situação no trabalho, do resto da colónia portuguesa em França. Mesmo que nesta fracção haja casais jovens a quem a crise obriga a regressar, e mesmo que os operários emigrados instalados na chamada França do Norte apresentem um comportamento sensivelmente diferente e, em suma, pouco explicável, a maioria dos candidatos representa trabalhadores frequentemente idosos, que residiam há muito tempo em França, cuja família ficara em Portugal e que se confinam ao trabalho na construção civil, maioria que nunca tinha pensado seriamente em instalar-se em França e que estava disposta a regressar a Portugal quando o momento chegasse. Isso não significa uma maioria desconhecedora das condições de vida francesas... No fundo, a maneira como ela soube utilizar a ajuda de regresso em seu proveito constitui uma boa e decisiva prova de integração.